



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**

Gabinete

Ofício Nº 42/2021 - SES/GAB

Brasília-DF, 04 de janeiro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
**PAULO TADEU**  
Presidente  
Tribunal de Contas do Distrito Federal  
NESTA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, reportamo-nos ao **Ofício nº 11766/2020-GP** (52517803), referente à **Decisão nº 5354/2020 (Processo nº 00600-00001992/2020-76-e)** (52517815), a qual trata da Dispensa de Licitação nº 9/2020, realizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, no âmbito do Processo SEI nº 00060.00106136-2020-61, ratificada conforme publicações no DODF de 23.04.2020 (edição extra) e de 22.05.2020, em favor das empresas Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., Goyazes Biotecnologia Ltda. ME – GBIO e PMH – Produtos Médicos Hospitalares Ltda., referente à aquisição, em caráter emergencial, de teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM e antígeno do COVID-19.

A referida decisão assim estabeleceu:

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

(...)

II – conceder medida cautelar, com fundamento no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, de modo a determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que limite eventuais pagamentos a serem realizados à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., em razão da Dispensa de Licitação nº 9/2020 (Processo SEI nº 00060.00106136/2020-61), ao valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais);

III – com fulcro no art. 248, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF, fixar prazo de 15 (quinze) dias para que:

a) a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF manifeste-se acerca das impropriedades contidas na Informação nº 96/2020 – DIASP3, notadamente sobre a medida cautelar exarada, devendo encaminhar documentação comprobatória, no caso de discordância;

(...)

V – alertar a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF de que:

a) os projetos básicos ou termos de referência, relativos às contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus, devem:

1) observar que a presunção de limitação da contratação ao atendimento

da situação de emergência, prevista no art. 4º-B, IV, da Lei n.º 13.979/2020, não o isenta de estimar a quantidade necessária, com base em metodologia de cálculo objetiva, conforme previsto no art. 7º, § 4º e art. 15, § 7º, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/1993;

2) conter a certificação do setor competente da SES/DF acerca da adequação orçamentária e financeira da despesa a ser realizada, nos termos do art. 4º-E, inciso VII, da Lei n.º 13.979/2020;

3) estar compatíveis com o ofício de solicitação de propostas e contemplar todos os elementos descritos no art. 4º-E, incisos I a VII, da Lei n.º 13.979/2020;

b) na instrução de processos com fundamento no Parecer Referencial n.º 013/2020 - PGDF/PGCONS, devem constar:

1) cópia integral deste parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do Procurador-Geral Adjunto;

2) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF n.º 115/2020;

c) apesar de os normativos não definirem prazo entre a publicação do Aviso de Convocação e a data para apresentação das propostas, para os casos de dispensa de licitação, esse período deve ser o mínimo suficiente para que a competitividade do certame não seja comprometida;

VI – autorizar:

(...)

d) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para os devidos fins.

Instada a se manifestar sobre o item II da supra citada Decisão, à Diretoria Executiva do Fundo de Saúde do Distrito Federal proferiu Despacho - SES/FSDF (53192695) informando que:

"Trata-se do **Ofício nº 11766/2020-GP** (52517803), que comunica a **Decisão nº 5354/2020 (Processo nº 00600-00001992/2020-76-e)** (52517815), a qual versa sobre a Dispensa de Licitação n.º 9/2020, realizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, no âmbito do Processo SEI nº 00060.00106136-2020-61, ratificada conforme publicações no DODF de 23.04.2020 (edição extra) e de 22.05.2020, em favor das empresas Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., Goyazes Biotecnologia Ltda. ME – GBIO e PMH – Produtos Médicos Hospitalares Ltda., referente à aquisição, em caráter emergencial, de teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgMe antígeno do COVID-19.

Em especial, quanto ao item II, citado na referida decisão, trecho transcrito abaixo:

"(...)

II – conceder medida cautelar, com fundamento no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, de modo a determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que limite eventuais pagamentos a serem realizados à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., em razão da Dispensa de Licitação n.º 9/2020 (Processo SEI nº 00060.00106136/2020-61), ao valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais);"

Em atenção ao Despacho SES/CONT/ASDOC (53164847), comunica-se que

os pagamentos referentes as notas fiscais nº 426576 (400014420), e 426577 (40002945) emitidas pela empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. foram suspensos para atendimento da Decisão Judicial conforme Despacho (42989143):

"(...)Determino a suspensão de pagamentos relativos às Notas de Empenho 2020NE04018 e 2020NE04019, em favor das empresas PRECISA COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA. e PMH-PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA., respectivamente, como medida assecuratória, conforme decisão judicial proferida em segredo de justiça."

Considerando que as notas de Empenho 2020NE03100 e 2020NE03101 foram canceladas em 04/12/2020, conforme esta demonstrado no Razão Contábil 2020NE03100, 2020NE03101 E 2020NE04018 (53192566), encaminha-se os autos para ciência do cumprimento da decisão judicial por parte deste FSDF/SES-DF."

No tocante ao item V, instada a Diretoria do Laboratório Central de Saúde Pública, por meio do Despacho - SES/SVS/LACEN (53369104), informa que:

"Em observância às recomendações da Decisão nº 5354/2020 (52517815) e da Lei n.º 13.979/2020, declaramos estar cientes e orientados sobre a fiel cumprimento acerca do contido nos autos."

Ainda, de forma complementar à Subsecretaria de Administração Geral proferiu o Despacho - SES/SUAG (53144191), onde informa:

"Após análise da documentação acostada aos autos, bem como dos apontamentos exarados pela Corte de Contas na **Informação nº 96/2020 – DIASP3** e na **Decisão nº 5354/2020**, verificou-se que parte dos questionamentos são cunho técnico que, s.m.j., perpassam às competências desta Subsecretaria, razão pela qual resta dificultado qualquer manifestação desta Unidade acerca dos quantitativos necessários para atender a necessidade da rede. Assim, retorna-se o presente à Assessoria de Acompanhamento de Diligências de Órgãos de Controle para conhecimento e demais providências, sugerindo remessa dos autos às áreas programadoras dos insumos desta Pasta, a Subsecretaria de Logística em Saúde e, no caso em tela, a Subsecretaria de Vigilância em Saúde (SES/SVS) para alertá-las, doravante, quanto ao **item V.a.1. da Decisão nº 5354/2020**.

Em relação ao atendimento da medida cautelar, **item II da Decisão nº 5354/2020**, sugere-se remessa dos autos ao FSDF visto que para a instrução em questão não foi realizado a formalização contratual, e a aquisição se deu por emissão de Nota de Empenho.

Não obstante, e considerando ser a Diretoria de Aquisições Especiais (SUAG/DAESP) a unidade responsável pela condução/instrução dos processos de contratação emergencial e a Comissão de Elaboração de Instrumento de Contratação (SUAG/CEIC) a unidade responsável pela elaboração de **parte** dos projetos básicos relativos às contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus, encaminha-se o presente à Diretoria e à Comissão para conhecimento e alertá-los quanto ao cumprimento do disposto no **item V.a. da Decisão nº 5354/2020**.

Quanto as alegações contidas na **Informação nº 96/2020 – DIASP3**, entende-se que por parte da atual gestão não há o que se manifestar acerca das deliberações exaradas pela gestão anterior, ao tempo que sugerimos que tais esclarecimentos sejam prestados pelos

gestores à época.

Registra-se ainda que essa Subsecretaria de Administração Geral, por força do regimento interno, atua como área meio, responsável pelas ações de licitação e contratação de bens e serviços, bem como pela gestão patrimonial e documental desta Pasta, apoiando as demais Subsecretarias, Superintendências e demais Unidades da Secretaria nas contratações de serviços e nas aquisições de itens para o atendimento das demandas da SES/DF e atendimento à população do DF usuária do Sistema Único de Saúde (SUS)."

Isto posto, considerando que resta pendente de manifestação o Item III.a, encaminhamos este expediente para apreciação de Vossa Excelência, requerendo com muito acatamento e respeito dilação de prazo por 15 (quinze) dia, para complementação das informações, ao passo que nos colocamos à disposição para prestar outros esclarecimentos, se necessários.

Atenciosamente,

**OSNEI OKUMOTO**

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **OSNEI OKUMOTO - Matr.1699604-6, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 04/01/2021, às 20:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **53548152** código CRC= **F18CEBF4**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Conjunto C, S/N, 1ª e 2ª andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70723-040 - DF  
(61) 2017-1102

Site: - [www.saude.df.gov.br](http://www.saude.df.gov.br)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRESIDÊNCIA**  
**SECRETARIA DAS SESSÕES**

**Ofício nº 11766/2020-GP**

Brasília-DF, 10 de Dezembro de 2020.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que este Tribunal proferiu a Decisão nº 5354/2020, na Sessão Extraordinária nº 96, realizada em 09/12/2020, quando apreciou o Processo nº 00600-00001992/2020-76-e, de relato do(a) CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO.

Por conseguinte, informo que a referida decisão, bem como o(s) documento(s) porventura nela indicado(s) e outros relacionados ao mencionado processo, quando disponíveis para consulta, poderão ser acessados a partir de 11/12/2020, por meio do endereço eletrônico <https://etcdf.tc.df.gov.br?a=consultaETCDF&f=formPrincipal&nrproc=1992&anoproc=2020>.

Informo, ainda, que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail).

Atenciosamente,



Anilcéia Luzia Machado  
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor  
Osnei Okumoto  
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES  
SAIN Parque Rural S/N. Ed. Sede da antiga Câmara Legislativa  
Brasília - DF-DF CEP:70086900

elaineacruz



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

## SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Extraordinária Nº 96, de 09/12/2020

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo:
00600-00001992/2020-76-e
Rubrica:.....

PROCESSO Nº 00600-00001992/2020-76-e

RELATOR : CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

**EMENTA** : Dispensa de Licitação n.º 9/2020, realizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, no âmbito do Processo SEI nº 00060.00106136-2020-61, ratificada conforme publicações no DODF de 23.04.2020 (edição extra) e de 22.05.2020, em favor das empresas Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., Goyazes Biotecnologia Ltda. ME - GBIO e PMH - Produtos Médicos Hospitalares Ltda., referente à aquisição, em caráter emergencial, de teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM e antígeno do COVID-19.


**DECISÃO Nº 5354/2020**

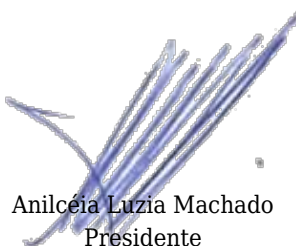
O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 5181/2020-SES/GAB (e-DOC 19E7AE14-c) e dos documentos anexos (e-DOCs C0C1ED19-c, 77DC2C1D-c e 728C6B03-c); b) da manifestação ofertada pela empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. - EPP (e-DOC E984745D-c); c) dos Ofícios n.ºs 517/2020-G2P (e-DOC 0278E78F-e), 550/2020-G2P (e-DOC 3855D581-e) e 564/2020-G2P (e-DOC 8AAF4E5A e anexos de e-DOCs 1AA6E782-c e 771362EE-c); d) da ação penal ajuizada em face da denominada "Operação Falso Negativo" (e-DOC 9188A024-c); e) da Informação n.º 96/2020 - DIASP3 (e-DOC 7EDEC4AE-e); f) do Parecer n.º 1006/2020-G1P (e-DOC 740C7850-e); II - conceder **medida cautelar**, com fundamento no art. 277, "caput", do RI/TCDF, de modo a determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF que limite eventuais pagamentos a serem realizados à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., em razão da Dispensa de Licitação n.º 9/2020 (Processo SEI n.º 00060.00106136/2020-61), ao valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais); III - com fulcro no art. 248, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal - RI/TCDF, fixar prazo de 15 (quinze) dias para que: a) a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF manifeste-se acerca das impropriedades contidas na Informação n.º 96/2020 - DIASP3, notadamente sobre a medida cautelar exarada, devendo encaminhar documentação comprobatória, no caso de discordância; b) a empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., caso tenha interesse, possa se manifestar acerca das falhas apontadas na Informação n.º 96/2020 - DIASP3, notadamente sobre a medida cautelar exarada, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; IV - sobrestar as audiências discriminadas na Matriz de Responsabilização constante do e-DOC 2A05439E-e, até o deslinde da ação penal que apurará a acusação relacionada com os crimes praticados, conforme o Processo n.º 00060.00106136/2020-61; V - alertar a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF de que: a) os projetos básicos ou termos de referência, relativos às contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus, devem: 1) observar que a presunção de limitação da contratação ao atendimento da situação de emergência, prevista no art. 4º-B, IV, da Lei n.º 13.979/2020, não o isenta de estimar a quantidade necessária, com base em metodologia de cálculo objetiva, conforme previsto no art. 7º, § 4º e art. 15, § 7º, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/1993; 2) conter a certificação do setor competente da SES/DF acerca da adequação orçamentária e financeira da despesa a ser realizada, nos termos do art. 4º-E, inciso VII, da Lei n.º 13.979/2020; 3) estar compatíveis com o ofício de solicitação de propostas e contemplar todos os elementos descritos no art. 4º-E, incisos I a VII, da Lei n.º 13.979/2020; b) na instrução de processos com fundamento no Parecer Referencial n.º 013/2020 - PGDF/PGCONS, devem constar: 1) cópia integral deste parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do Procurador-Geral Adjunto; 2) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF n.º 115/2020; c) apesar de os normativos não definirem prazo entre a publicação do Aviso de Convocação e a data para apresentação das propostas, para os casos de dispensa de licitação, esse período deve ser o mínimo suficiente para que a competitividade do certame não seja comprometida; VI - autorizar: a) o envio de cópia desta decisão à empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. - EPP, para ciência; b) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., a fim de subsidiar o atendimento das diligências em análise; c) o envio de cópia dos autos ao: 1) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, de modo a subsidiar as apurações que ocorrem no âmbito da denominada "Operação Falso Negativo", sobretudo quanto à acusação relacionada com os crimes praticados, conforme o Processo n.º 00060.00106136/2020-61; 2) Tribunal de Contas da União - TCU para ciência acerca das questões aqui abordadas

e, para adoção das medidas que entender pertinentes, no âmbito da Dispensa de Licitação n.º 9/2020, sob a gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF; d) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para os devidos fins. Parcialmente vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, nos termos de sua declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 111 do RI/TCDF.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA.

SALA DAS SESSÕES, 09 de Dezembro de 2020

  
João Batista Pereira De Souza  
Secretário das Sessões

  
Anilcéia Luzia Machado  
Presidente





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**

Diretoria Executiva do Fundo de Saúde do Distrito Federal

Despacho - SES/FSDF

Brasília-DF, 23 de dezembro de 2020.

À ASDOC/CONT

Senhor (a) Chefe,

Trata-se do **Ofício nº 11766/2020-GP** (52517803), que comunica a **Decisão nº 5354/2020 (Processo nº 00600-00001992/2020-76-e)** (52517815), a qual versa sobre a Dispensa de Licitação nº 9/2020, realizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, no âmbito do Processo SEI nº 00060.00106136-2020-61, ratificada conforme publicações no DODF de 23.04.2020 (edição extra) e de 22.05.2020, em favor das empresas Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., Goyazes Biotecnologia Ltda. ME – GBIO e PMH – Produtos Médicos Hospitalares Ltda., referente à aquisição, em caráter emergencial, de teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM e antígeno do COVID-19.

Em especial, quanto ao item II, citado na referida decisão, trecho transcrito abaixo:

"(...)

II – conceder medida cautelar, com fundamento no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, de modo a determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que limite eventuais pagamentos a serem realizados à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., em razão da Dispensa de Licitação nº 9/2020 (Processo SEI nº 00060.00106136/2020-61), ao valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais);"

Em atenção ao Despacho SES/CONT/ASDOC (53164847), comunica-se que os pagamentos referentes as notas fiscais nº 426576 (40001226) e 426577 (40002945) emitidas pela empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. foram suspensos para atendimento da Decisão Judicial conforme Despacho (42989143):

"(...)Determino a suspensão de pagamentos relativos às Notas de Empenho 2020NE04018 e 2020NE04019, em favor das empresas PRECISA COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA. e PMH-PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA., respectivamente, como medida assecuratória, conforme decisão judicial proferida em segredo de justiça."

Considerando que as notas de Empenho 2020NE03100 e 2020NE03101 foram canceladas em 04/12/2020, conforme esta demonstrado no Razão Contábil 2020NE03100, 2020NE03101 E 2020NE04018 (53192566), encaminha-se os autos para ciência do cumprimento da decisão judicial por parte deste FSDF/SES-DF.

Att.



**Everaldo de Melo Santos**

Diretor Executivo do Fundo de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **EVERALDO DE MELO SANTOS - Matr.1700326-1**, **Diretor(a) Executivo(a) do Fundo de Saúde do Distrito Federal**, em 24/12/2020, às 11:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **53192695** código CRC= **6D9C0B2D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Conjunto C, S/N, 1ª e 2ª andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70723-040 - DF

00600-00004119/2020-35

Doc. SEI/GDF 53192695



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

## Razão

**Unidade Gestora** 170101 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL  
**Gestão** 17901 FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL  
**Conta Contábil** 622920101 EMPENHOS A LIQUIDAR  
**Conta Corrente** 2020NE04018  
**Data Inicial** 01/01/2020  
**Data Final** 31/12/2020 Até o mês 14

**Saldo Anterior** 0,00

Data	UG	Gestão	Documento	Evento	Movimento	Saldo
13/05/2020	170101	17901	2020NE04018	400091	18.758.509,20 C	18.758.509,20 C
04/12/2020	170101	17901	2020NE09967	400093	18.758.509,20 D	0,00



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

**Razão**

**Unidade Gestora** 170101 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL  
**Gestão** 17901 FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL  
**Conta Contábil** 622920101 EMPENHOS A LIQUIDAR  
**Conta Corrente** 2020NE03101  
**Data Inicial** 01/01/2020  
**Data Final** 31/12/2020 Até o mês 14

**Saldo Anterior** 0,00

Data	UG	Gestão	Documento	Evento	Movimento	Saldo
08/04/2020	170101	17901	2020NE03101	400091	2.226.490,80 C	2.226.490,80 C
11/05/2020	170101	17901	2020NE03885	400093	2.226.490,80 D	0,00



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

**Razão**

**Unidade Gestora** 170101 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL  
**Gestão** 17901 FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL  
**Conta Contábil** 622920101 EMPENHOS A LIQUIDAR  
**Conta Corrente** 2020NE03100  
**Data Inicial** 01/01/2020  
**Data Final** 31/12/2020 Até o mês 14

**Saldo Anterior** 0,00

Data	UG	Gestão	Documento	Evento	Movimento	Saldo
08/04/2020	170101	17901	2020NE03100	400091	18.758.509,20 C	18.758.509,20 C
13/05/2020	170101	17901	2020NE04017	400093	18.758.509,20 D	0,00



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**  
Subsecretaria de Vigilância à Saúde  
Diretoria do Laboratório Central de Saúde Pública

Despacho - SES/SVS/LACEN

Brasília-DF, 29 de dezembro de 2020.

À SVS,

Trata-se do **Ofício nº 11766/2020-GP** (52517803), que comunica a **Decisão nº 5354/2020 (Processo nº 00600-00001992/2020-76-e)** (52517815), a qual versa sobre a Dispensa de Licitação nº 9/2020, realizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, no âmbito do Processo SEI nº 00060.00106136-2020-61, ratificada conforme publicações no DODF de 23.04.2020 (edição extra) e de 22.05.2020, em favor das empresas Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., Goyazes Biotecnologia Ltda. ME – GBIO e PMH – Produtos Médicos Hospitalares Ltda., referente à aquisição, em caráter emergencial, de teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM e antígeno do COVID-19.

Em observância às recomendações da Decisão nº 5354/2020 (52517815) e da Lei nº 13.979/2020, declaramos estar cientes e orientados sobre a fiel cumprimento acerca do contido nos autos.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **GRASIELA ARAUJO DA SILVA - Matr.0143351-2, Diretor(a) do Laboratório Central de Saúde Pública**, em 29/12/2020, às 16:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **53369104** código CRC= **EB3ADB85**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPS 712/912 - Edifício CEREST - Bairro Asa Sul - CEP 70390125 - DF



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SES/SUAG

Brasília-DF, 23 de dezembro de 2020.

**À ASDOC,**

**À DAESP,**

**À CEIC,**

Trata-se do **Ofício nº 11766/2020-GP** (52517803), que comunica a **Decisão nº 5354/2020 (Processo nº 00600-00001992/2020-76-e)** (52517815), a qual versa sobre a Dispensa de Licitação nº 9/2020, realizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, no âmbito do Processo SEI nº 00060.00106136-2020-61, ratificada conforme publicações no DODF de 23.04.2020 (edição extra) e de 22.05.2020, em favor das empresas Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., Goyazes Biotecnologia Ltda. ME – GBIO e PMH – Produtos Médicos Hospitalares Ltda., referente à aquisição, em caráter emergencial, de teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM e antígeno do COVID-19.

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – tomar conhecimento:

- a) do Ofício nº 5181/2020-SES/GAB (e-DOC 19E7AE14-c) e dos documentos anexos (e-DOCs C0C1ED19-c, 77DC2C1D-c e 728C6B03-c);
- b) da manifestação ofertada pela empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. - EPP (e-DOC E984745D-c);
- c) dos Ofícios nºs 517/2020-G2P (e-DOC 0278E78F-e), 550/2020-G2P (e-DOC 3855D581-e) e 564/2020-G2P (e-DOC 8AAF4E5A e anexos de e-DOCs 1AA6E782-c e 771362EE-c);
- d) da ação penal ajuizada em face da denominada “Operação Falso Negativo” (e-DOC 9188A024-c);
- e) da Informação nº 96/2020 – DIASP3 (eDOC 7EDEE4AE-e);
- f) do Parecer nº 1006/2020–G1P (e-DOC 740C7850-e);

**II – conceder medida cautelar, com fundamento no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, de modo a determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que limite eventuais pagamentos a serem realizados à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., em razão da Dispensa de Licitação nº 9/2020 (Processo SEI nº 00060.00106136/2020-61), ao valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais);**

**III – com fulcro no art. 248, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF, fixar prazo de 15 (quinze) dias para que:**

- a) a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF manifeste-se acerca das impropriedades contidas na Informação nº 96/2020 – DIASP3, notadamente sobre a medida cautelar exarada, devendo encaminhar documentação comprobatória, no caso de discordância;**

b) a empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., caso tenha interesse, possa se manifestar acerca das falhas apontadas na Informação n.º 96/2020 – DIASP3, notadamente sobre a medida cautelar exarada, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa;

IV – sobrestar as audiências discriminadas na Matriz de Responsabilização constante do e-DOC 2A05439E-e, até o deslinde da ação penal que apurará a acusação relacionada com os crimes praticados, conforme o Processo n.º 00060.00106136/2020-61;

V – alertar a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF de que:

a) os projetos básicos ou termos de referência, relativos às contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus, devem:

1) observar que a presunção de limitação da contratação ao atendimento da situação de emergência, prevista no art. 4º-B, IV, da Lei n.º 13.979/2020, não o isenta de estimar a quantidade necessária, com base em metodologia de cálculo objetiva, conforme previsto no art. 7º, § 4º e art. 15, § 7º, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/1993;

2) conter a certificação do setor competente da SES/DF acerca da adequação orçamentária e financeira da despesa a ser realizada, nos termos do art. 4º-E, inciso VII, da Lei n.º 13.979/2020;

3) estar compatíveis com o ofício de solicitação de propostas e contemplar todos os elementos descritos no art. 4º-E, incisos I a VII, da Lei n.º 13.979/2020;

b) na instrução de processos com fundamento no Parecer Referencial n.º 013/2020 - PGDF/PGCONS, devem constar:

1) cópia integral deste parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do Procurador-Geral Adjunto;

2) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF n.º 115/2020;

c) apesar de os normativos não definirem prazo entre a publicação do Aviso de Convocação e a data para apresentação das propostas, para os casos de dispensa de licitação, esse período deve ser o mínimo suficiente para que a competitividade do certame não seja comprometida;

VI – autorizar:

a) o envio de cópia desta decisão à empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. - EPP, para ciência;

b) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., a fim de subsidiar o atendimento das diligências em análise;

c) o envio de cópia dos autos ao:

1) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, de modo a subsidiar as apurações que ocorrem no âmbito da denominada “Operação Falso Negativo”, sobretudo quanto à acusação relacionada com os crimes praticados, conforme o Processo n.º 00060.00106136/2020-61;

2) Tribunal de Contas da União – TCU para ciência acerca das questões aqui abordadas e, para adoção das medidas que entender pertinentes, no âmbito da Dispensa de Licitação n.º 9/2020, sob a gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF;



d) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para os devidos fins.

Após análise da documentação acostada aos autos, bem como dos apontamentos exarados pela Corte de Contas na **Informação nº 96/2020 – DIASP3** e na **Decisão nº 5354/2020**, verificou-se que parte dos questionamentos são cunho técnico que, s.m.j., perpassam às competências desta Subsecretaria, razão pela qual resta dificultado qualquer manifestação desta Unidade acerca dos quantitativos necessários para atender a necessidade da rede. Assim, retorna-se o presente à Assessoria de Acompanhamento de Diligências de Órgãos de Controle para conhecimento e demais providências, sugerindo remessa dos autos às áreas programadoras dos insumos desta Pasta, a Subsecretaria de Logística em Saúde e, no caso em tela, a Subsecretaria de Vigilância em Saúde (SES/SVS) para alertá-las, doravante, quanto ao **item V.a.1. da Decisão nº 5354/2020**.

Em relação ao atendimento da medida cautelar, **item II da Decisão nº 5354/2020**, sugere-se remessa dos autos ao FSDF visto que para a instrução em questão não foi realizado a formalização contratual, e a aquisição se deu por emissão de Nota de Empenho.

Não obstante, e considerando ser a Diretoria de Aquisições Especiais (SUAG/DAESP) a unidade responsável pela condução/instrução dos processos de contratação emergencial e a Comissão de Elaboração de Instrumento de Contratação (SUAG/CEIC) a unidade responsável pela elaboração de **parte** dos projetos básicos relativos às contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus, encaminha-se o presente à Diretoria e à Comissão para conhecimento e alertá-los quanto ao cumprimento do disposto no **item V.a. da Decisão nº 5354/2020**.

Quanto as alegações contidas na **Informação nº 96/2020 – DIASP3**, entende-se que por parte da atual gestão não há o que se manifestar acerca das deliberações exaradas pela gestão anterior, ao tempo que sugerimos que tais esclarecimentos sejam prestados pelos gestores à época.

Registra-se ainda que essa Subsecretaria de Administração Geral, por força do regimento interno, atua como área meio, responsável pelas ações de licitação e contratação de bens e serviços, bem como pela gestão patrimonial e documental desta Pasta, apoiando as demais Subsecretarias, Superintendências e demais Unidades da Secretaria nas contratações de serviços e nas aquisições de itens para o atendimento das demandas da SES/DF e atendimento à população do DF usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

**SERGIO LUIZ DE SOUZA CORDEIRO**  
Subsecretaria de Administração Geral/SES  
Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO LUIZ DE SOUZA CORDEIRO - Matr.1691713-8, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 23/12/2020, às 11:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Conjunto C, S/N, 1ª e 2ª andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70723-040 - DF

(61)3348-6123

---

00600-00004119/2020-35

Doc. SEI/GDF 53144191

## SÉRIE 1

<p><b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b></p> <p>AUTORIZACAO E RATIFICACAO DA DL: 37737244 E 38402395</p> <p>AUTORIZACAO DE EMPENHO SUAG/ SES: 38407259</p> <p>NOTAS DE EMPENHO 2020NE03100 e 2020NE03101</p> <p>LOTES: CK2003070410; CK2003080410;CK2004250410;CK2004260410.</p> <p>Voce pagou aproximadamente:</p> <p>R\$ 440.685,00 de tributos federais</p> <p>Fonte: IBPT/empresometro.com.br D26078</p>	<p><b>RESERVADO AO FISCO</b></p>
<p>Nota Fiscal 426.576 (40001226)</p>	<p>SEI 00060-00106136/2020-61 / pg. 1</p>

## SÉRIE 1

## FATURA / DUPLICATAS

## CÁLCULO DO IMPOSTO

**TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS**

### DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO

### CÁLCULO DO ISSQN

## DADOS ADICIONAIS

SEI 00060-00106136/2020-61 / pg. 2



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**

Gabinete

Despacho - SES/GAB

Brasília-DF, 05 de julho de 2020.

À SUAG,

Determino a suspensão de pagamentos relativos às Notas de Empenho 2020NE04018 e 2020NE04019, em favor das empresas PRECISA COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA. e PMH-PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA., respectivamente, como medida assecuratória, conforme decisão judicial proferida em segredo de justiça.

Atenciosamente,

**FRANCISCO ARAÚJO FILHO**

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ARAUJO FILHO - Matr.1689145-7, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 05/07/2020, às 18:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **42989143** código CRC= **12872485**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF  
(61)3348-6104

00060-00106136/2020-61

Doc. SEI/GDF 42989143